



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10293 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

### CONDIÇÕES DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Carla Campos de Oliveira - USF - Universidade de São Francisco

Ana Paula de Freitas - USF - Universidade de São Francisco

### CONDIÇÕES DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

**Resumo:** A presente investigação é parte de um estudo de doutorado, em andamento, que tem como tema o processo de escolarização de alunos com deficiência, especialmente, os que estão no final da segunda etapa do ensino fundamental, uma vez que é nesta etapa que temos constatado uma maior evasão escolar. Tendo em vista o contexto da pandemia pelo coronavírus que alterou significativamente as relações de ensino, no presente trabalho temos como objetivo mapear as condições de acesso e participação dos estudantes com deficiência matriculados no 8º ano em escolas de uma rede municipal, localizada em uma cidade de pequeno porte ao sul de Minas Gerais. O trabalho investigativo é realizado em consulta aos registros escolares e entrevistas narrativas realizadas com os alunos por meio de plataformas digitais. Os resultados apontam que, no contexto do ensino remoto emergencial, dos trinta e oito alunos com deficiência matriculados no 8º ano, três realizam as atividades escolares de forma online, vinte e sete as realizam de forma impressa, sete não têm dado retorno à escola e um evadiu.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Educação Inclusiva. Ensino remoto emergencial. Escolarização. Teoria Histórico-Cultural do Desenvolvimento Humano.

### Introdução

Segundo Martins (2011), a escola é considerada um espaço privilegiado, pois oportuniza a socialização do saber historicamente sistematizado. Neste contexto, é necessário prezar pela elaboração de conhecimentos que afetam o desenvolvimento dos indivíduos.

Para Vigotski(2007), a educação escolar propicia o enriquecimento do universo de significações e percepções do aluno, através das relações que vão se construindo e dos conhecimentos transmitidos que vão sendo internalizados. O ensino escolar é condição fundamental ao desenvolvimento do psiquismo, pois favorece a formação e desenvolvimento de todos os processos funcionais. Ao partir desses pressupostos, considera-se que a escola é um espaço de significativa contribuição para o desenvolvimento de todos os sujeitos nas sociedades escolarizadas. Nesse sentido, é importante lembrar que a educação é direito inalienável do ser humano e dever do Estado, sendo assim, direito de todos, incluindo as

pessoas com deficiência, que historicamente foram excluídas desse contexto.

Em termos de diretrizes e leis que garantem o direito à educação de pessoas com deficiência, houve um avanço no contexto brasileiro, sobretudo entre os anos de 2002 e 2016. Ainda que não seja mais uma pauta governamental a elaboração de uma política educacional pública sob a ótica da inclusão e da afirmação da educação como direito social, ainda estamos sob a vigência da Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008) que tem orientado as ações que viabilizam a inserção dos alunos público-alvo da educação especial na escola comum. Tal política permitiu uma importante ampliação do acesso dos alunos com deficiência na rede regular de ensino (MELETTI; BUENO, 2011; CASTRO; DALL'ACQUA, 2013). Todavia, muitos ainda são os desafios referentes à educação de alunos com deficiência, principalmente em relação ao acesso ao conhecimento escolarizado.

Ademais, cabe ainda acrescentar o contexto que estamos vivenciando desde o ano de 2020, em decorrência da situação pandêmica mundial ocasionada pelo vírus respiratório Sars-Cov-2. Na tentativa de acompanhar as orientações sanitárias de isolamento social, as atividades escolares, que antes ocorriam de modo presencial, foram reorganizadas e passaram a acontecer de modo remoto. Este fato tem trazido profundas mudanças nas relações de ensino: novos modos de interação entre professor e aluno e entre alunos; novas estratégias e recursos de aprendizagem.

Concomitante a isso, agrava-se a desigualdade de acesso à educação, pois, em um país como o Brasil, cujas condições socioeconômicas são tão assimétricas, é também assimétrico o acesso às tecnologias que permitem o acompanhamento das atividades de ensino a distância. No âmbito da educação de alunos com deficiência, alguns estudos recentes apontam para a acentuação da exclusão desse público das atividades escolares e para o pouco sentido que há para esses alunos vivenciarem tais atividades (SOUZA; DAINEZ, 2020; FREITAS, 2020; MACHADO; MARTINS, 2020). Com base nisso, questionamos: como os alunos, público-alvo da educação especial, têm participado do ensino remoto emergencial? Como as escolas têm se organizado para oferecer a esse alunado, o acesso aos conhecimentos escolares? Que sentidos têm para os alunos o ensino remoto emergencial?

Tendo em vista estes questionamentos, o presente trabalho, recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, visa mapear as condições de acesso e participação dos estudantes com deficiência matriculados no 8º ano em escolas de uma rede municipal, localizada em uma cidade de pequeno porte ao sul de Minas Gerais. De modo específico, almejamos: 1: levantar quem são os alunos com deficiência matriculados no 8º ano; 2. Identificar os modos de participação dos alunos no ensino remoto emergencial; 3. Compreender os sentidos que têm para os alunos o ensino remoto emergencial.

### **Aspectos Metodológicos**

A pesquisa fundamenta-se nos princípios teórico-metodológicos da teoria histórico-cultural (VIGOTSKI, 2007) e visa, portanto, analisar os processos em curso, buscando explicações para a realidade.

Almeja-se compreender as reais condições de possibilidades de acesso ao conhecimento escolarizado de alunos com deficiência, tendo em vista o contexto do ensino remoto emergencial. Para isso, realizamos uma pesquisa, aprovada pelo comitê de ética da universidade, desenvolvida em uma cidade de pequeno porte ao sul de Minas Gerais que possui 22 escolas municipais, sendo cinco de ensino fundamental (6º ao 9ºano). Na pesquisa de doutorado na qual este trabalho está inserido, o foco são os estudantes do 8º ano. A escolha do público e ano escolar se deu a partir do trabalho que a pesquisadora (primeira autora deste

texto) realiza como orientadora pedagógica na educação especial do município e, nesta função, observou que o maior número de abandono escolar, levando em consideração apenas o ensino fundamental, acontece especificamente no 8º ano.

Para a construção dos dados, consultamos o cadastro de alunos disponibilizado pela secretaria municipal de educação e os prontuários dos alunos com os relatórios descritivos de acompanhamento escolar. Após isso, selecionamos alunos de uma escola para realizar entrevistas narrativas acerca do acompanhamento escolar em tempos de ensino remoto. Na consulta ao cadastro levantamos informações quanto ao sexo, faixa etária e diagnóstico. Dos prontuários extraímos informações quanto ao acompanhamento dos alunos em relação ao conteúdo escolar. Além disso, contatamos via whatsapp ou de modo presencial as orientadoras pedagógicas das cinco escolas, alguns professores regentes das escolas comuns e as professoras do atendimento educacional especializado (AEE) para a obtenção de mais detalhamento referente ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos e a participação (ou não) dos mesmos no AEE. Em relação às entrevistas narrativas, estas foram realizadas com três alunos via aplicativo do whatsapp. Até o momento aconteceram duas conversas informais, com o objetivo de estabelecer vínculo com eles. Já estão agendadas as entrevistas narrativas para a primeira semana de julho com os alunos via Google meet. Estas serão transcritas e analisadas, em consonância com o referencial teórico-metodológico.

## **Resultados**

Os dados coletados nos permitiram traçar um panorama das condições oferecidas pelo município para a participação dos alunos com deficiência do ensino remoto emergencial. O município trabalha com um sistema apostilado e desde o início da pandemia, estas são enviadas para os alunos virtualmente por meio de uma plataforma específica. Também foram criados grupos de whatsapp para repasse de recados e compartilhamento de links das aulas via Google meet. Durante o ano de 2020 este foi o único modo de trabalho com os alunos da rede de ensino.

A partir do mês de maio de 2021, houve a proposta do retorno gradual às atividades de modo presencial; assim, as escolas organizaram plantões pedagógicos semanais, respeitando os protocolos da COVID-19, com, no máximo, cinco alunos por turma. O critério utilizado para a organização dos grupos foi selecionar os alunos que não estão participando e nem realizando as atividades propostas, não especificamente os alunos com deficiência.

Nos prontuários dos alunos com deficiência constam que a maioria apresenta defasagem de aprendizagem em relação ao ano escolar; muitos chegam ao 8º ano sem estarem alfabetizados, isto é, alguns estão no início do processo; outros em processo e uma minoria alfabetizados. Em um contexto geral, os alunos considerados alfabetizados apresentam erros ortográficos e não acompanham o conteúdo do ano escolar. Todas essas informações, além do contexto familiar, implicam diretamente na participação escolar do aluno. Os professores estão oferecendo aos alunos que não acompanham o conteúdo escolar, as atividades impressas. O responsável pelo aluno, quinzenalmente, retira na escola as atividades impressas (geralmente atividades de alfabetização) e, ao as devolverem para correção, retiram outras. Esses alunos não participam das aulas online (via Google meet), pois nelas, os professores trabalham com o conteúdo específico do ano escolar, então realizam as atividades postadas na plataforma. Há casos de alunos que não estão participando de nenhuma maneira, mesmo com a insistência da escola, devido tanto às dificuldades dos alunos como de alguns pais para auxiliarem os filhos na realização das tarefas propostas, sendo assim, há alunos que nem retiram as atividades impressas, ou seja, estão excluídos de qualquer acesso ao conteúdo escolar.

No quadro a seguir, apresentamos dados quantitativos a fim de elucidar o perfil dos

alunos com deficiência que frequentam o 8º ano, bem como o modo de participação deles nas atividades remotas.

Quadro 1

Total	Sexo	Faixa Etária	Deficiência	Aprendizagem	Participação	AEE
<b>Alunos com deficiência</b> <b>38</b>	F. = <b>18</b>	13 anos = <b>10</b>	TEA = <b>17</b>	Início da Alfabetização <b>= 04</b>	Apostila / Plataforma/ aula online <b>= 03 alunos</b>	Frequente <b>= 26</b>
<b>Alunos Matriculados</b> <b>730</b>	M. = <b>20</b>	14 anos = <b>16</b>	D.I = <b>11</b>	Em Processo <b>= 21</b>	Atividade Adaptada Impressa <b>= 27</b>	Recusa ou não necessita <b>= 04</b>
<b>Escolas</b> <b>05</b>		15 anos = <b>04</b>	D.I + TEA = <b>04</b>			
		16 anos = <b>04</b>	D.I + Epilepsia (Ep) = <b>01</b>	Alfabetizado <b>= 10</b>	Sem devolutiva <b>= 07</b>	Abandonou Antes da pandemia <b>= 04</b>
		17 anos = <b>03</b>	P.C + Ep = <b>01</b>			
		18 anos = <b>01</b>	P.C+D.I+TEA = <b>01</b>	Acompanha o ano escolar <b>= 03</b>	Evadiu = <b>01</b> (está gestante)	Pandemia <b>= 04</b>
			D.A = <b>01</b>			
			D.F = <b>01</b>			
			Micocefalia+			
			TEA= <b>01</b>			

Fonte: a autora.

### Algumas considerações

Com base no levantamento realizado, há 38 alunos com deficiência no 8º ano, subdivididos entre os sexos masculinos (20) e femininos (18). Em relação ao diagnóstico, 17 com transtorno do espectro autista (TEA), 11 com deficiência intelectual (D.I), 4 com deficiência intelectual e TEA, 1 com DI e epilepsia, 1 com Paralisia Cerebral (PC) e epilepsia, 1 com PC, TEA e DI, um com deficiência auditiva, 1 com deficiência física e um com microcefalia e TEA. Em relação a idade/ano escolar, apenas 10 alunos acompanham idade/série; 16 alunos com faixa etária de 14 anos e os demais entre 15 e 18 anos. Outro ponto relevante é que dos 38 alunos matriculados, 25 ainda não são alfabetizados, logo participam do processo de ensino indiretamente através da realização de atividades impressas. As atividades são de alfabetização. Os professores relatam que muitas tarefas são realizadas pelos pais e não pelos alunos; há pais que não auxiliam os filhos e estes ficam sem realizar as atividades.

Para a apresentação deste trabalho, serão acrescentados os resultados das entrevistas e uma análise acerca das condições de acesso e da participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares, no âmbito do ensino remoto emergencial. Até o momento, podemos constatar que o contexto vigente acentua a exclusão dos alunos do acesso à escola, mas, sobretudo do acesso ao conhecimento escolar.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Secretaria de **Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial** na perspectiva da **Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CASTRO, V. D. B.; DALL'ACQUA, M. J. C. Matrículas de alunos público-alvo da educação especial: dados dos censos escolares entre 2008 e 2012. In: Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 2013, Londrina. Anais.... Londrina: [s. n.], 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT02-2013/AT02-021.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2016. p. 1173-1181.

FREITAS, A. P. de. Narrativas de crianças com deficiência: impactos do ensino remoto emergencial. In: 14a Reunião ANPED. Evento remoto. *Anais das Reuniões Regionais da ANPED*. 2020. p. 1-3.

MACHADO, B. A. B.; MARTINS, C. S. L. A inclusão escolar em contexto de pandemia: reflexões a partir dos desafios de uma professora do AEE. *Revista Querubim–Revista Eletrônica de Trabalhos Científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais*. ano 16, nº 42, vol. 1, 2020. Disponível em: [https://www.academia.edu/46827066/A\\_INCLUS%C3%83O\\_ESCOLAR\\_EM\\_CONTEXTO](https://www.academia.edu/46827066/A_INCLUS%C3%83O_ESCOLAR_EM_CONTEXTO) Acesso 21 jun. 2021.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. 2011. Tese. (Livro-Docência em Psicologia da Educação). Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2011.

BUENO, J. G.; MELETTI, S. M. F. O impacto das políticas públicas de escolarização de alunos com deficiência: uma análise de indicadores sociais no Brasil. *Linhas Críticas*. Brasília, DF, v. 17, n. 33, p.367-383, 2011. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/5699/4711>. Acesso em: 12.01.2021.

SOUZA, F. F.; DAINEZ, D. Educação Especial e Inclusiva em tempos de pandemia: o lugar de escola e as condições do ensino remoto emergencial. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2016303, p. 1-15, 2020. Ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.16303.093>. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16303>. Acesso em: 16 jun. 2021.

VYGOTSKY, Lev. Semyonovich . **A formação social da mente: o desenvolvimento social da mente.** 7ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.